

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 060

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 02 DE JUNHO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUÍZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldir Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 047ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
02 DE JUNHO DE 1999**

(quarta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Caíto Quintana, secretariada pelos Senhores Deputados Algaci Tulio e Durval Amaral.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademir Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Não há Expediente a ser lido.

Passamos a palavra no Pequeno Expediente ao primeiro orador inscrito, Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho com extrema preocupação nessa tribuna para chamar a atenção dos Srs. para o fato que temos hoje no Paraná 42 pessoas, líderes do MST que estão presos, após a ação do Governo Estadual no cumprimento de determinação judicial.

Os motivos da prisão dessas pessoas está baseado: 1º por porte de arma; 2º formação de quadrilha e em 3º a resistência a ordem judicial.

Há uma movimentação dos sem-terra do Brasil com suas lideranças, há varias entidades de Direitos Humanos, Parlamentares de vários partidos, entidades ligadas a nível internacional de apoio a questão da reforma agrária estão começando a se mobilizar para pressionar o Governo do Estado, acusando-o de irresponsabilidade política por essas 42 prisões.

Quais são as principais alegações?

Primeiro: a prisão de um líder pelo porte de arma é uma alegação. A ação policial vai ao barraco do cidadão pega a espingarda, por exemplo, e com a testemunha dos soldados é dada a prisão pelo porte de arma. Isso que tem acontecido. E, em uma mesma situação, por uma determinação política, efetivamente se encontrarem uma arma em um barraco, mas um barraco, por exemplo, de um outro tipo de movimento social, eles deixam a arma de lado e não repreendem ninguém. Fica na alegação. Dá alegação vai ao inquérito policial.

Portanto passa a ser peça jurídica. Parece que a mobilização se dá nesse sentido de que a alegação de porte de arma tem fundamento político.

Segundo aspecto: Formação de quadrilha.

O movimento social que tem duzentas famílias, mil famílias, obviamente tem lideranças. Lideranças não mais, lideranças não escritas em Atas, não escritas em documentos, lideranças que se trocam que se revezam.

Ora, liderança de qualquer movimento social, em qualquer organização social, inclusive neste Parlamento temos lideranças: Liderança do Partido, Liderança do Governo. É natural que as lideranças sobressaíam e aí formação de quadrilha vem para as lideranças, a mera legação novamente. Porque os inquéritos produzidos dão voz ao policial que esteve no local, dão voz ao proprietário e, jamais, quem participou do processo configura formação de quadrilha quando é convocado para o inquérito os próprios participantes do Movimento Sem Terra.

Então, a formação de quadrilha é um instrumento de ponto de vista Jurídico, para a prisão, para a devida colocação no processo judicial, mas também não passa de uma determinação política do Governo do Estado, que caracteriza nesta categoria.

Por último a prisão de várias pessoas por conta da resistência da ordem policial. Parece-me razoável que quando se vai ao acampamento numa ação judicial, efetivamente aí sim, você dá uma

determinação para duas ou três pessoas que estão no portão, por exemplo, da entrada, se as pessoas se negarem me parece razoável que tal categoria jurídica seja imputada. Mas efetivamente no Estado do Paraná, o Governo do Estado se preparou a priori para fazer isso, o Governo do Estado do Paraná, portanto exagerou Srs. Deputados, na medida é que o Governo exagerou. Portanto, além dessa alegação, vou cumprir uma Ordem Judicial, tomou posições a priori de colocar em categorias jurídicas as pessoas que estão no movimento para tentar evidentemente tornar acéfalas as lideranças, os grupos liderados, deixar sem as cabeças quem lidera isso. Dar um choque de repressão sobre as lideranças com alegação de categorias jurídicas, efetivamente.

Isso compõe um quadro em que se caracteriza não como uma alegação legal, uma ação baseado nos fundamentos inclusive de justiça propriamente dito, mas muito mais numa categoria de perseguição política.

Então as alegações são desse nível. Sabemos que tem gente que comete atrocidades maiores, bandidos e eles nem conseguem colocar em categoria de: formação de quadrilha, nem na categoria de portes de armas, e nem na resistência judicial. Daí se faz um inquérito, dá o *habeas corpus*, libera etc.

Sabemos também inclusive pelo pronunciamento do Deputado Angelo Vanhoni, que leu aqui um artigo da Folha de São Paulo, que efetivamente a juíza, portanto entendo como parte do Poder Judiciário, estão efetivamente do lado dos fazendeiros, dos grandes proprietários de terra. Podemos presumir daí que não há exatamente uma imparcialidade.

Se você tem de um lado o Governo Estado que faz a prisão, do outro lado uma justiça que efetivamente mostra que não quer de forma nenhuma ser sensível a causa da Reforma Agrária. Você tem portanto no Estado do Paraná 42 pessoas presas e que teremos aí uma mobilização no grande Estado.

Mas Srs. Deputados, com essa alegação com essa informação Curitiba na próxima semana estará recebendo inúmeros agricultores sem-terra, lideranças nacionais, que deverão causar um clima de preocupação para nós, Parlamentares e, para isso queremos pedir ao Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, para que peça ao Governo do Estado - para não sobrar para a Assembléia, efetivamente - que passe a conversar com o MST, que passe a discutir com o MST a libertação dos 42 presos. Porque o Brasil inteiro está de olho no Paraná. A Bancada do Partido dos Trabalhadores, inclusive, estamos sendo pressionados por lideranças nacionais, lideranças internacionais de direitos humanos, no sentido de que devemos fazer alguma coisa. E a Bancada do Partido dos Trabalhadores, em que pese nossa postura pela reforma agrária, efetivamente de

apoio ao Movimento Sem-Terra, estamos numa posição de amplo diálogo na tentativa de vários níveis de solução, entre elas, a ação da Comissão de Terras da Assembléia que não teve ainda o respaldo desta Casa. Que não teve o respaldo e o prestígio inclusive do Poder Executivo do Estado do Paraná, como não aconteceu em outras ocasiões, este mesmo governo delegou poderes ao Deputado Nereu Moura, naquela ocasião, e negociamos vários conflitos. Inclusive o que seria o maior conflito, a maior ocupação, que é a Fazenda Giacomet-Marodin, exemplar atuação da Comissão de Terras desta Assembléia.

Então, Srs. Parlamentares, a preocupação com os 42 ditos presos políticos no Paraná, Liderança do MST, faz com que se coloque em cheque a Assembléia Legislativa. E nesta hora não é uma questão de Situação ou Oposição. É uma questão de preocupação com a situação que aí está. Todos nós Deputados temos que exigir do Governo do Estado do Paraná, Governador Jaime Lerner, para que responda à Imprensa, para que responda ao MST, tome uma postura para não acirrar os ânimos porque poderemos ter, junto à Assembléia Legislativa uma praça de guerra a partir da semana que vem, devido ao acirramento dos ânimos provocado pela ação do Governo. Que não só cumpriu a ação judicial, mas efetivamente, colocou, os líderes dos sem-terras, em categorias jurídicas que dá o inquérito, que dá a prisão e não possibilita o *habeas corpus* pela não parcialidade do Poder Jurídico.

Concedo aparte ao Deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura

Deputado Irineu Colombo, de fato a questão da reforma agrária é um assunto palpitante e que tem mexido com as atenções do Brasil inteiro, não só do Brasil, mas do mundo, a questão da reforma agrária.

O que me preocupa, Deputado Irineu Colombo, o que me preocupa sobremaneira, são as denúncias de violência, os métodos utilizados pela Polícia Militar da desocupação das áreas. Até porque o método utilizado não permite que possamos fazer uma avaliação correta, uma vez que a Polícia Militar tem feito os despejos durante a madrugada e não permitindo o acesso da imprensa e de quem quer que seja. Isso faz com que as informações que o MST tem revelado, se traduzam verdadeiras, porque a nós não cabe questioná-las uma vez que não é dado a oportunidade do acompanhamento nas ações do despejo. E isso tem preocupado. Tenho observado que, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos do Brasil tem reiteradamente convocado Secretário Cândido Martins de Oliveira para dar explicações. Ontem, segundo a imprensa, o Secretário levou um dossiê de 250 páginas tentando

se explicar pelos atos denunciados pelos agricultores sem-terra de agressão por parte da PM.

V. Exa. aborda outro aspecto, o aspecto da intimidação, das prisões que têm ocorrido no sentido de intimidar e de calar a voz dos agricultores sem-terra. Então é preciso que coloquemos, aqui, com muita clareza, esta preocupação. Porque não adianta, não vai ser com repressão, não vai ser com gestos desta natureza que vai calar o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, porque sabemos que é um Movimento organizado e que tem substância, tem apelo, tem fundamento, de forma que o governo precisa ter cuidado para trabalhar com esta questão extremamente delicada, um barril de pólvora instalado não só no Paraná como no Brasil.

É preciso ter cuidado! E nós que em muitos casos até divergimos da prática do MST, temos que concordar agora, que o governo está agindo errado na metodologia das desocupações, na violência que está usando para com os agricultores, sendo que tem agricultores hoje internados, que foram espancados violentamente, de forma que isso tudo nos entristece e mancha o Paraná a nível nacional e a nível internacional.

Hoje mesmo, a imprensa revela que esses fatos estão sendo denunciados ao BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, esses fatos da violência usada contra os agricultores. Isso na verdade, mancha de forma muito clara a ação do Paraná com relação à questão social que é a questão agrária.

Por isso, Deputado, V. Exa. tem toda razão de trazer aqui essa sua preocupação e pedir da forma mais democrática possível que o governo entenda essa preocupação e possa estabelecer novo mecanismo de diálogo, de conversa para que possamos sair desse problema com uma solução que atenda os interesses de todos.

O SR. IRINEU COLOMBO

Obrigado, Deputado Nereu Moura, passo o aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Irineu Colombo, eu, por diversas vezes quando tenho feito pronunciamentos sobre esta questão do MST, das desocupações, tenho colocado aqui uma posição pouco diferente do que muitos têm colocado.

Acho que se os políticos parassem de usar o MST para fazer política, tenho certeza que as questões se tornariam mais fáceis e a solução seria mais viável.

Eu, de um lado vejo, sinceramente, vou falar aqui com toda a sinceridade, e gostaria que V. Exa. não o levasse como uma questão pessoal.

De um lado vejo o PT usando o Movimento Sem-Terra como uma massa de manobra. De outro

lado, vejo a inoperância do Governo Federal em não realizar a reforma agrária, e de um outro lado vejo o Governo do Estado tendo que cumprir ordens judiciais.

O que V. Exa. tem que entender é que uma desocupação, - e no Paraná tem sido um sucesso, temos recebido dezenas e dezenas de pessoas fazendo elogios pela ação do Secretário de Segurança.

Então, sinceramente, acho que o MST está perdendo sua credibilidade porque está se deixando levar por políticos que querem fazer desse movimento uma massa de manobra.

Sinceramente é esse o meu pensamento, e me desculpe porque sei que Vossa Excelência não concorda com isso.

O SR. IRINEU COLOMBO

Deputado Valdir Rossoni, acho que o senhor está completamente errado. Porque o movimento social não pode ser tratado com polícia, efetivamente no seu ponto de vista, qualquer movimento social que tiver desempregado na rua, tiver sindicalista, tiver professores, tiver sem-terra é caso de "polícia". Se todos eles são casos de polícia, mais um ou menos um não muda a questão.

Agora, mais um equívoco de V. Exa. a semana passada, e na semana em que a polícia fazia a categorização jurídica das lideranças, não houve uma manifestação do Deputado do PT aqui na Assembleia em favor do MST, e não houve uma manifestação de um Deputado do Governo, que só funciona na provocação.

Como é que a semana passada não nos acusaram de usar o MST como "massa de manobra", e digo de passagem, Deputado Valdir Rossoni, a Bancada do Partido dos Trabalhadores está sendo acusada de omissão.

Portanto, o alerta que fiz na primeira parte do pronunciamento volto a fazê-lo.

As coisas estão se acirrando, há necessidade de um posicionamento mais firme, politicamente, da Bancada de Oposição, se o Governo não tomar a ação que precisa.

Temos acórdão aqui do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, dizendo assim: "O movimento popular, visando a implantação à Reforma Agrária, não caracteriza crime contra o patrimônio, configura direito coletivo, expressão da cidadania, visando implantar programas constantes da Constituição da República. A pressão popular é própria do estado de direito democrático." Isso é um acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que coloca o Movimento dos Sem-Terra diferente dessas categorias de formação de quadrilha e todas as outras categorias sociais.

Quero dizer, Deputado Valdir Rossoni, que o Estado do Paraná, através do Governo Jaime Lerner, cumpriu a ordem judicial de despejo, mas foi além, determinou à polícia que fizesse prisões das lideranças pelo porte de armas, ninguém sabe se efetivamente há porte de armas, porque a imprensa não acompanhou, resistência à ordem judicial e também a formação de quadrilhas. Essas categorias são absolutamente subjetivas.

Portanto, as coisas se acirram na semana que vem. É esse o alerta que faço.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, na semana passada o Forum “Terra, Trabalho e Cidadania”, na Boca Maldita da Cidade de Curitiba e nos terminais de ônibus da nossa Cidade, fizeram uma distribuição de panfletos que trazem no seu conteúdo o documento que foi entregue ao Governo do Estado pela Comissão de Direitos Humanos do Congresso Nacional, através das mãos do Deputado Nelmário Miranda Fernando Gabeira, relatando os episódios de tortura no Estado do Paraná, os desaparecidos, os 30 assassinatos, os 190 presos existentes nas delegacias do Estado do Paraná e os demais atentados aos Direitos Civis e aos Direitos Humanos ao povo trabalhador do nosso Estado.

O Forum “Terra, Trabalho e Cidadania” fez uma caricatura do Governador Jaime Lerner, utilizando a fotografia do Governador do Estado vestido com um jargão de general do exército. Uma clara alusão ao período militar que em 1964 lançou uma nuvem negra sobre os direitos constitucionais, sobre os princípios fundamentais da democracia e dos direitos individuais dos cidadãos do nosso país, fazendo esta alusão clara ao autoritarismo e ao desrespeito por parte do Governo do Estado em relação aos Direitos Humanos em nosso Estado.

O Governo do Estado entrou, nessa oportunidade, com uma solicitação junto ao Juiz de Direito, tentando cassar e proibir a distribuição dos panfletos que fazem essa crítica ao Governador Jaime Lerner.

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)

Senhor Presidente, gostaria da atenção dos Srs. Parlamentares de Sustentação ao Governo e gostaria de convidar os Deputados a se afastarem do Plenário, como forma de repúdio a atitude do Deputado Ângelo Vanhoni, por estar usando o que foi apreendido pela Polícia Federal. Como forma

de repúdio convido os Deputados de Sustentação ao Governo para nos ausentarmos do Plenário.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Bom, solicito que a Bancada de Oposição, que não concorda com o desrespeito às liberdades democráticas, permaneçam na Assembléia para darmos procedimento à sessão.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Vossa Excelência tem que respeitar a Polícia Federal que aprendeu esse cartaz.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Não respeito a Polícia em nenhum ato que seja contrário a liberdade de manifestação e expressão do pensamento na sociedade do nosso país.

O que o governo fez, Senhores Deputados, é um ato contra as liberdades democráticas, e se a Polícia Federal e se o Poder Judiciário derem amparo legal a esse desrespeito, compete a nós afrontar os limites da legislação para fazer valer aqueles princípios fundamentais da liberdade e expressão de pensamento.

Tenho dito que ontem pelas rádios e televisão anunciei, e dou como exemplo, na “Folha de São Paulo”, um grande jornal de circulação em todo o território brasileiro um dos articulistas, chamado Hélio Gaspari...

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Solicito ao orador que está na tribuna, e solicito aos Deputados que estejam presentes no Plenário para compor a 2ª Secretaria, sob pena de não podermos dar continuidade ao trabalho.

O SR. ÂNGELO VANHONI

O Hélio Gaspari na “Folha de São Paulo”, que é um jornal de circulação nacional, está cansado de fazer charge a respeito do Presidente da República, Sr. Fernando Henrique Cardoso. Quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso foi comparado ao Imperador, quando recebeu o título lá na Universidade Oxford por um dos representantes da Universidade, o Hélio Gaspari apresentou o Presidente Fernando Henrique Cardoso como Napoleão Bonaparte.

Recentemente quando o episódio de autoritarismo na sua crítica pelo seu texto, demonstrando que o Governo Federal estava enveredando por uma atitude antidemocrática, autoritária, vestiu o Fernando Henrique Cardoso com um jargão militar também.

Ora, fico me perguntando, são duas coisas que temos que fazer uma reflexão colocar a vesti-

menta de General numa pessoa pública, que tenha responsabilidade de conduzir o serviço de segurança, administrar o Estado do Paraná, é uma crítica que estamos fazendo ao seu gesto autoritário; não é, em hipótese nenhuma, nenhum desrespeito à pessoa do Governador Jaime Lerner.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, gostaria de pedir verificação de quórum para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Deputado Vanhoni, somos obrigados a cumprir o Regimento e atender a solicitação do Deputado Valdir Rossoni.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, contraposição à Questão de Ordem do Deputado Valdir Rossoni.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Regimentalmente Deputado a Assembléia não pode funcionar sem número legal, um terço dos seus membros.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Pela Ordem**)

Mas posso contrapor a Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Vossa Excelência pode contrapor.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Pela Ordem**)

Tem uma decisão do Presidente Nelson Justus numa ocasião, numa Sessão Sr. Presidente, em que pedi verificação de votação e caiu a Sessão seguinte o Deputado Nelson Justus a Sessão quando era presidida pelo Deputado Hermas Brandão.

Na Sessão seguinte o Deputado Nelson Justus comunicou a esta Casa, e estou seguindo a comunicação do Deputado Nelson Justus naquela ocasião Senhor Presidente, que só seria levantada Questão de Ordem com relação a verificação de votação na Ordem do Dia, porque nós da Assembléia Legislativa havíamos recebido, a imprensa havia cobrado a

nossa presença aqui a Ordem do Dia estava atrasada.

Requeiro a Vossa Excelência portanto, que continue até a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Deputado, foi uma deliberação, aliás, procuraremos adotar na reforma do regimento exatamente esse pensamento.

No entanto, o Art. 88 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa não permite a continuidade da sessão com menos de 1/3. Vossa Excelência há de entender e o Deputado que está na tribuna há de entender, que necessitamos proceder a verificação solicitada pelo Deputado e faremos chamada nominal para constatar o quórum para a continuidade da Sessão.

Convido o 1º Secretário para fazer a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Algaci Tulio**)

Procede a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Doze Srs. Deputados responderam a chamada.

Não há quórum para o prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 250, 251, 254 e 255/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 203, 210 e 281/99.

Levanta-se a sessão.